



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0001194-16.2015.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Correia Pinto

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 23/2015 - CGJ

Período da correição: de 3 de agosto a 2 de outubro de 2015

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Analista Jurídico: Cristiane Bernadete de Souza



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Correia Pinto

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: Correia Pinto e Ponte Alta

Juiz titular: Gustavo Bristot de Mello

Chefe de cartório: Danielle Leão

Última correição por equipe da CGJ/SC: de 9-7-2012 a 22-8-2012 (presencial – autos n. 0012115-39.2012.8.24.0600)

Entrância: inicial

Data da instalação/lei de criação: 12-11-1996 / Lei Complementar n. 109, de 7-1-1994.

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ5 – Processos eletrônicos

ACERVO PROCESSUAL

	Indicador		Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		3.238
1.1.2	Processos em andamento	2.744	
1.1.3	Procedimentos em andamento	494	
1.1.4	Filas de trabalho sem movimento há mais de 100 dias		622
	Cível – Genérico - Processo		
1.1.4.1	Ag. Análise do Cartório	68	
1.1.4.2	Ag. Prazo	143	
1.1.4.3	Concluso para Despacho	16	
1.1.4.4	Concluso para Despacho Saneador	9	
1.1.4.5	Concluso para Julgamento Antecipado	9	
1.1.4.6	Concluso para Sentença	14	
1.1.4.7	Escrivão	8	
1.1.4.8	Recebido do Juiz - Sentença	1	
	Criminal – Genérico - Processo		
1.1.4.9	Ag. Audiência	13	
1.1.4.10	Ag. Prazo	1	
1.1.4.11	Concluso para Despacho Saneador	1	
1.1.4.12	Concluso para Sentença	1	
1.1.4.13	Cumprir Audiência	6	
1.1.4.14	Escrivão	5	
1.1.4.15	Remetidos à Delegacia de Polícia	34	
	Execução Fiscal - Processos		
1.1.4.16	Ag. Encerramento do Ato	40	
1.1.4.17	Ag. Prazo	32	
	Execução Penal - Processo		
1.1.4.18	Ag. - Administrativo	1	
1.1.4.19	Ag. Análise do Cartório	1	
1.1.4.20	Ag. Prazo	4	
1.1.4.21	Cumprir - Urgente	3	
1.1.4.22	Regime Aberto	2	
	Família - Processo		
1.1.4.23	Ag. Análise do Cartório	14	
1.1.4.24	Ag. Audiência	4	
1.1.4.25	Ag. Prazo	67	
1.1.4.26	Concluso para Despacho Saneador	2	
1.1.4.27	Concluso para Sentença	2	
1.1.4.28	Escrivão	7	
1.1.4.29	Recebido do Juiz – Decisão	2	
1.1.4.30	Recebido do Juiz - Sentença	33	
	Juizado Especial Cível - Processo		
1.1.4.31	Ag. Encerramento do Ato	6	
1.1.4.32	Concluso para Despacho	5	



1.1.4.33	Concluso para Sentença	16	
1.1.4.34	Recebido do Juiz - Decisão	2	
1.1.4.35	Recebido do Juiz - Despacho	1	
	Juizado Especial Criminal - Processo		
1.1.4.36	Ag. Designar Audiência	10	
1.1.4.37	Ag. Encerramento do Ato	5	
1.1.4.38	Recebido Serviço Social	1	
1.1.4.39	Remetidos à Delegacia de Polícia	33	
	Indicador	Valor	
1.1.5	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)	Total	+ 100 dias
1.1.5.1	Contadoria	26	0
1.1.5.2	Ministério Público	39	10
1.1.6	Observações		
a) Informações obtidas em 6-11-2015. b) O SAJ5 foi instalado na unidade em 29-10-2013. c) Realizou-se amostragem nas seguintes filas de trabalho: c.1) Subfluxo Família – Processo – Fila "Arquivado Definitivamente" – nos 5 processos analisados [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED] há decisão determinando o arquivamento. c.2) Subfluxo Juizado Especial Cível – Fila "Ag. Análise do Cartório" – nos 5 processos analisados (0001186-72.2014, 0300334-38.2015, 0000858-45.2014, 0300382-94.2015 e 0000218-08.2015) não foram encontradas irregularidades. c.3) Subfluxo Cível – Genérico -Processo – Fila "Ag. Prazo" – nos 5 processos analisados (0300459-40.2014, [REDACTED], 0300209-07.2014, 0800076-39.2013 e 0800245-26.2013) não foram encontradas irregularidades. c.4) Subfluxo Juizado Especial Criminal – Fila "Ag. Encerramento do Ato": nos 5 processos analisados (0001172-88.2014, 0000132-71.2014, 0000088-52.2014, 0000466-71.2015 e 0000198-17.2015) não foram encontradas irregularidades.			



1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador		Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		7.402
1.2.2	Processos em andamento	6.836	
1.2.3	Procedimentos em andamento	566	
1.2.4	Processos sem movimento há mais de 180 dias	1.189	
1.2.5	Observações		

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: outubro de 2015.

PROCESSOS EM CARGA (Processos físicos)

	Indicador		Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga		1.212
	Local	Total	+ 100 dias
	Cargas internas		
1.2.7	Distribuição	8	7
1.2.8	Juiz (Gustavo Bristot de Mello)	834	579
1.2.9	Ministério Público	22	2
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ		
1.2.10	Advogado	298	80
1.2.11	Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Ponte Alta/SC	2	2
1.2.12	Delegacias de Polícia	28	24
1.2.13	Perito	3	2
1.2.14	Procuradorias	17	2
1.2.15	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: outubro de 2015.

PROCESSOS CONCLUSOS

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.2.16	Quantidade total de processos com o juiz	581	834	1.415

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal
1.2.17	Janeiro a dezembro de 2013	2.779	232
1.2.18	Janeiro a dezembro de 2014	2.115	176
1.2.19	Janeiro a outubro de 2015	2.079	208
1.2.20	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).



1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	77	3
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		2	0
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		18	0
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		17	1
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		35	14
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		21	3
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		94	13
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	196	67
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	33	35
1.3.10	Observações	a) Primeira verificação em 27-7-2015. b) Segunda verificação em 10-11-2015. b.1) Item 1.3.1: os 3 registros encontrados na segunda verificação são posteriores à realização da correição. b.2) Item 1.3.4: o registro encontrado na segunda verificação é posterior à realização da correição. b.3) Item 1.3.5: dos 14 registros encontrados na segunda verificação, 8 são antigos. b.4) Item 1.3.6: dos 3 registros encontrados na segunda verificação, 1 é antigo. b.5) Item 1.3.7: os 13 registros encontrados na segunda verificação são antigos. c) Orienta-se que o(a) chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade.		



1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	11	2	18	17
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.3.11.2	Cartório - aguardando	199	28	129	21
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	82	0	47	0
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	159	0	96	0
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	2	1	5	0
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	88	1	57	1
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	137	22	93	12
1.3.11.8	Cartório - arquivar	14	8	17	9
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	6	2	1	1
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	12	3	9	4
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	29	20	33	12
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	56	10	45	10
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	17	0	12	0
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	839	107	862	388
	Expedição/cumprimento				
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	553	298	228	83
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	4	0	0	0
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	22	4	25	9
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	0	0
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	62	62	28	2
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	47	22	53	11
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.3.11.26	Observações				
	a) Primeira verificação em 27-7-2015.				
	b) Segunda verificação em 9-11-2015.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	260	38
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		365	294
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		128	92
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		195	89
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		1	0
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0

1.4.7	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	-	19
		Definitivo		-	58
1.4.7.1	Réu preso - total			53	77



1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 30-6-2015)		4.505	2.654	
	Petição intermediária		718	541	
	Peticionamento eletrônico		111	62	
	Mandados		175	133	
	AR		97	65	
	Execução de sentença		59	52	
	Incidente processual		15	11	
	Ação incidental		0	0	
	Movimentação	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	1.102	719	
	Pauta de audiências		82	37	
	Carga		626	440	
	Cartas recebidas		58	30	
	Processo		37	26	
	Recurso		4	2	
	Usuário		1.421	536	
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"			495	8
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros			2	3
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias			162	49
1.4.12	Observações				
	a) Primeira verificação em 27-7-2015. a.1) Item 1.4.9: dos 495 processos, 14 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 481 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 5-11-2015. b.1) Item 1.4.9: os 8 processos apresentam registro de local físico "sala de arquivo".				



1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	332	85
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012, nos Juizados Especiais.		490	378
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		23	17
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2015, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2012.		6	4
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		207	146
1.5.6	Observações			
a) Primeira verificação em 28-7-2015. a.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de junho de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. a.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6. b) Segunda verificação em 5-11-2015. b.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de setembro de 2015 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.				



1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Parcialmente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado

1.6.6 Observações

a) Primeira verificação em 28-7-2015.

a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 9-7-2015.

a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrado 279 registros de processos e 686 registros de bens no sistema. Realizada amostragem em 20 processos do SAJ, verificou-se que os bens de 7 processos não estavam cadastrados no SNBA (0013648-95.2013.8.24.0083, 0001643-75.2012.8.24.0083, [REDACTED], 0000903-20.2012.8.24.0083, 0000672-56.2013.8.24.0083, 0000631-26.2012.8.24.0083 e 0000354-05.2015.8.24.0083).

a.3) Item 1.6.3 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): corretamente alimentado.

a.4) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

a.5) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.

b) Segunda verificação em 6-11-2015.

a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 9-10-2015.

a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 314 registros de processos e 773 registros de bens no sistema. Em consulta ao SNBA, verificou-se que os 7



processos identificados como não cadastrados na primeira verificação foram cadastrados.

a.3) Item 1.6.3 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): corretamente alimentado.

a.4) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

a.5) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.



1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.7.2	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade. a) Primeira verificação em 28-7-2015. Existe 1 programa institucional de acolhimento e/ou programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema que não está atualizado (Casa Lar Sônia de Moraes). O último relatório de visita foi inserido em junho de 2013. b) Segunda verificação em 6-11-2015. c) Existe 1 programa institucional de acolhimento e/ou programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema que não está atualizado (Casa Lar Sônia de Moraes). O último relatório de visita foi inserido em junho de 2013.		



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 13 de novembro de 2015.

Perla Maria Fusinatto Schappo
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

Cristiane Bernadete de Souza
Analista Jurídico - M14829